

MARGINALIDADE SOCIAL E MOVIMENTOS SOCIAIS NOS CONTEXTOS URBANOS

J.M. Carvalho Ferreira

Estamos longe dos tempos em que se tornava pacífico analisar os contextos sociais urbanos enquanto comunidades ecológicas humanas harmoniosas.

As teses organicistas da Escola de Chicago (GRAFMEYER e JOSEPH, 1984) afirmaram-se no âmbito da comunidade científica sociológica, porque valorizaram sobremaneira esse aspecto. Ao explicitarem a desigualdade e a segregação social como fenómenos naturais decorrentes dos factores territorial, geográfico, económico, concorrencial e cultural da cidade, os membros da Escola de Chicago externalizaram as relações de causa e efeito subjacentes aos factos sociais.

Na sua perspectiva, se bem que a proeminência das relações sociais formais e/ou secundárias modelassem os comportamentos urbanos no sentido da superficialidade, da transitoriedade e da segmentação, a marginalidade social subsistente era um fenómeno lógico que exprimia as necessidades sociais decorrentes do acréscimo populacional e do grau de diferenciação atingida pelo organismo social urbano.

Nestas condições, a marginalidade social decorria de uma competição entre grupos sociais, cuja coesão e identidade os levava a localizar-se espacialmente nos contextos urbanos de forma diferenciada. A heterogeneidade e a segregação social identificavam-se com as necessidades comunicacionais e culturais de grupos sócio-profissionais e grupos étnicos distintos na sua maneira de viver e de agir.

Numa outra dimensão, a segregação social permitia otimizar através do mesmo sistema de representações colectivas os laços de solidariedade e de associação entre os indivíduos que faziam parte da mesma comunidade. Como lógica funcional, a segregação social permitia a estruturação da socialização dos comportamentos urbanos, de forma a identificar a coesão dos grupos sociais e etnias em espaços territoriais e organizacionais próprios. Assim, as representações colectivas, as atitudes e os sentimentos dos indivíduos urbanos obedeciam a uma lógica de interacção social perpassada por processos de aculturação e de aprendizagem colectiva e individual.

Como resultado lógico, persistia a omissão analítica sobre a marginalidade social e a existência de movimentos sociais contrastantes orientados para a conflitualidade. Para a Escola de Chicago esses fenómenos decorriam de aspectos residuais da desintegração social. Na ocorrência, a própria lógica organizacional da ecologia humana se encarregaria de os suprir.

Contrariando essa visão analítica, o processo histórico da industrialização e da urbanização das sociedades tem-se estruturado no sentido da diferenciação e da desintegração social. A segregação social e a desigualdade têm-se desenvolvido progressivamente e a sua configuração socializada mais representativa corporiza-se na marginalidade social (DUVIGNAUD, 1990).

Vários factores estão na sua origem: pressão demográfica, êxodo rural, reestruturação industrial, inovação e mudança tecnológica, migrações populacionais, reestruturação das estruturas sociais, desigualdade social, precarização do mercado de trabalho, desemprego, segregação étnica e social, deterioração da identidade sócio-cultural, etc...

Enquanto fenómeno social, a marginalidade social decorre sobretudo da impossibilidade da função de socialização resultante da interacção individual e colectiva nos grandes aglomerados urbanos.

Sem elaborar, por agora, o carácter diversificado dos processos de urbanização à escala planetária, há variáveis explicativas da marginalidade social que importa referenciar.

Entre as mais importantes, subsiste a pressão demográfica. A evolução histórica da taxa de urbanização é demonstrativa: 9% em 1800, 16% em 1900 e de 38% em 1980. As projecções para o ano de 2000 apontam para uma taxa de urbanização de 48% e para o ano de 2025, de 61% (BAIROCH, 1985). Segundo o mesmo autor, em 1800, 3% da população estava localizada espacialmente em cidades com mais de 5 mil habitantes. Em 1900, havia 12 cidades que ultrapassavam 1 milhão de habitantes. Em 1980, 230 cidades ultrapassavam 1 milhão de habitantes. Fazendo a projecção para o ano de 2000, 430 cidades ultrapassarão esse valor.

Os efeitos da diferenciação e da desintegração social acompanharam esse processo de urbanização. Quer na perspectiva da vida quotidiana urbana, quer na perspectiva da produção de sociabilidade, o gigantismo dos aglomerados urbanos

expressa-se, cada vez mais, numa crise de identidade sócio-cultural (LEFEBVRE, 1981). As pilhagens, motins, droga, delinquência, "stress", violência, prostituição, pobreza, etc..., que emergem assustadoramente nos grandes aglomerados urbanos (Nova Iorque, Paris, Cairo, Bogotá, Rio de Janeiro, Cidade do México, Lagos, Londres, etc...) são contundentes.

Torna-se difícil conceptualizar sociologicamente a marginalidade social a partir de contextos urbanos complexos e em estado de difracção social permanente. A dificuldade decorre principalmente da dificuldade em detectar as suas formas sociais e a sua constância no tempo e no espaço.

Por outro lado, a forma e o conteúdo da conflitualidade dos movimentos sociais, que dão expressão interactiva à marginalidade social, primam pela diversidade e dispersão sócio-geográfica, política e cultural. A crise urbana associa-se a períodos de conflitualidade social, o que dificulta a percepção do fenómeno em termos de vectores estruturais.

Até à década de 70, era possível construir análises dos movimentos sociais urbanos, tendo em conta o seu universo social de representatividade e a sua extensão no espaço e no tempo. As acções colectivas identificavam as necessidades sociais aos sistemas de representação colectiva através de problemas concretos: habitação, espaços de lazer, infraestruturas colectivas e vida associativa cultural e recreativa.

Hoje, em função das características da mobilidade e da estratificação social subsistente nos grandes aglomerados urbanos, só problemas de índole ecológica, de consumo e, ainda, de articulação com a universalidade de direitos femininos e sexuais, permitem a construção e a dinamização de movimentos sociais nos contextos urbanos do capitalismo desenvolvido.

Não obstante essas dificuldades epistemológicas, para analisar as grandes tendências da marginalidade social e dos movimentos sociais nos contextos urbanos, parto das seguintes hipóteses teóricas:

- i) a marginalidade social dos contextos urbanos, na maioria dos casos, tem um carácter dual: 1) proveniente da desintegração social gerado pelos comportamentos individuais e colectivos; 2) tem causas existenciais inhumanas que obedecem a lógicas de inclusão e de exclusão das estruturas sociais normativas da sociedade;

- ii) as variáveis padrão da marginalidade social resultam de factores económicos, sociais, políticos e culturais.

É um fenómeno multidimensional.

A desigualdade dos rendimentos do trabalho exprime-se numa escala de estratificação social. As inovações e mudanças tecnológicas exprimem-se na segmentação do mercado de trabalho e na dinamização de uma economia de tipo informal. O planeamento, controlo e regulação do espaço social urbano são determinados por modelos de organização política e administrativa diferenciados. A emergência dos fenómenos conducentes à identidade sócio-cultural étnica e grupal decorrem da necessidade de contrariar o acréscimo de desintegração social nos contextos urbanos;

- iii) os movimentos sociais urbanos persistem quando evoluem em contextos de acção colectiva que primam por um universo social representativo e orientam-se por necessidades sociais homogéneas;
- iv) os movimentos sociais urbanos para assumirem uma função de mudança devem perdurar no tempo e no espaço e pautar-se por formas e conteúdos organizacionais opostos ao sistema social vigente;
- v) os motins e os actos de revolta expressos pela actual marginalidade social nos contextos urbanos, só assumem a forma e conteúdo de movimentos sociais quando preenchem os requisitos funcionais da reivindicação e da mudança social. No caso contrário, pela sua natureza efémera e dispersa obedecem a lógicas puramente reactivas a uma realidade social adversa.

A metodologia utilizada neste trabalho é de tipo qualitativo e abstracto. O grau de abrangência sócio-geográfica localiza-se nos grandes aglomerados urbanos mais representativos que persistem à escala planetária. Simultaneamente, a abordagem sistémica permitir-me-á aperceber dos graus de interdependência e de complementaridade subsistentes entre níveis de desenvolvimento e crescimento económicos diferenciados e tipologias estabelecidas pela mobilidade e estratificação social nas relações entre a cidade e o campo.

Acresce que a recorrência ao método comparativo facilitar-me-á a análise sistemática dos fenómenos da marginalidade social e dos movimentos sociais nos contextos urbanos. As especificidades e articulações multidimensionais que subsistem

entre as realidades urbanas do terceiro mundo e aquelas que modelam o mundo capitalista desenvolvido servirão como instrumento operatório da análise pretendida.

1. Marginalidade social e movimentos sociais nos contextos urbanos do capitalismo desenvolvido

Vários autores de diferentes matizes científicas têm de mostrado as incidências negativas provenientes da difracção social e o desequilíbrio ecossistémico gerados pela evolução da urbanização do mundo ocidental (PAQUOT, 1990; MUMFORD, 1964). No fundo, pelo seu estado de crise progressiva, os grandes aglomerados urbanos caminham assustadoramente para a inviabilização da produção e reprodução dos seus elementos vitais: sociabilidade, cosmopolitismo, democracia e cidadania.

Perceber a natureza crítica dessa realidade, obriga-nos a explicitar as consequências de um crescimento e desenvolvimento económico baseado no progresso e na razão.

Como expressão da sua evolução, se bem que a produção e o consumo gigantesco de bens e serviços tenha propiciado um "bem-estar" global à sociedade, isso não invalida que determinados estratos sociais dessa mesma sociedade auferam rendimentos paupérrimos e estejam mergulhados numa situação de pobreza infra-humana.

Um crescimento económico dimensionado por regras de competitividade e de concorrência exarcebadas valoriza necessariamente os mais fortes e exclui os mais frágeis. Um modelo pautado por logicismos produtivistas e consumistas, quando é objecto de socialização e de localização espacial nos grandes aglomerados urbanos, é difícil de gerir pela multiplicidade de dependências individuais e colectivas.

Na emergência desse processo, deve referir-se, em primeiro lugar, os efeitos sociais provocados pela terciarização da actividade económica e a revolução tecnológica em curso. Como evolução fundamental, assiste-se à deslocalização espacial e/ou à falência de sectores industriais clássicos que estavam sediados dentro da cidade. A sua localização na periferia dos centros urbanos obriga à mobilidade social de sectores profissionais identificados com essa reestruturação, mas também implica que essa mobilidade articule funcionalmente as zonas de residência com as de trabalho.

No sentido inverso, os sectores administrativos burocráticos associados aos sectores produtores de bens e serviços relacionados com o lazer, banca, seguros e as novas tecnologias apropriam-se do espaço deixado vago pelas indústrias clássicas e as zonas residenciais dos estratos sócio-profissionais ligados a essa actividade económica.

Assistindo-se à deslocalização espacial do sector industrial para a periferia e os subúrbios dos grandes aglomerados urbanos e à consequente localização espacial do sector de serviços dentro das fronteiras territoriais da cidade, as características da mobilidade social dependem de uma reestruturação da estratificação social e das estruturas sociais que compõem as actuais "megalópoles" do mundo ocidental.

São vários os sintomas dessa evolução. Em face da mudança da estrutura das qualificações do factor trabalho, grande parte de categorias sócio-profissionais tornam-se obsoletas. Deixa de haver necessidade de recorrer a uma "mão-de-obra" identificada com o sector industrial clássico, na generalidade, pouco qualificada: têxtil, siderurgia, química, indústria automóvel, etc... Em sua substituição, aumenta a necessidade de uma "mão-de-obra" identificada com o sector terciário e as novas tecnologias, com exigências de uma maior qualificação: informática, telemática, burótica, publicidade, lazer, banca, seguros, ensino, formação, serviços administrativos, etc...

Estas mudanças causadas pela deslocalização espacial da actividade económica traduziram-se numa reestruturação da estratificação social e, consequentemente, originou a reestruturação da mobilidade social. Não somente há uma deslocalização espacial dos estratos sócio-profissionais que decorre da própria deslocalização espacial da actividade económica, como inclusivé a dinamização do sector terciário ao fomentar a especulação imobiliária e financeira, obriga a que os estratos sociais mais desfavorecidos sejam compelidos a habitar nos subúrbios dos grandes aglomerados urbanos.

Causa e efeito do crescimento económico capitalista, a inovação e a mudança tecnológica desestruturaram o mercado de trabalho, originando a segmentação e a precarização do vínculo contratual do factor trabalho.

No capítulo da reestruturação das qualificações do factor trabalho, assiste-se ao desaparecimento progressivo de profissões clássicas (FERREIRA, 1986), e, por outro, à sua desqualificação no contexto da divisão social das empresas. Simultaneamente, são criadas novas profissões que exigem maiores qualificações profissionais. Porém, em

ambos os casos denota-se uma tendência para o aumento do desemprego e da segmentação do mercado de trabalho. O trabalho a tempo parcial e os contratos a prazo coexistem com formas de trabalho modeladas pela economia de tipo informal.

Paralelamente, as novas tecnologias revolucionaram os meios de comunicação e de informação. As probabilidades de interacção social são aprofundadas ao máximo, o mesmo acontecendo com as potencialidades da mobilidade social.

Em consonância com essa evolução, a função do lazer e do consumo de bens e serviços são modelados pelo poder dos "mass media" e da publicidade. A universalização da vida quotidiana atinge o seu paroxismo com o consumo de objectos efémeros e desperdício de bens e serviços. Indivíduos e grupos são eles próprios objecto da mesma utilização, já que enquanto instrumentos de concorrência e competitividade tornam-se os elementos preferenciais sobre o qual incide a função dos meios de comunicação e de informação sediados nas grandes aglomerações urbanas.

No intuito de começarmos a esboçar a natureza da marginalidade social dos contextos urbanos do capitalismo desenvolvido, basta, para já, articular os efeitos da precariedade do nível de vida dos estratos sociais desfavorecidos (desempregados, reformados, trabalhadores desqualificados, imigrantes, minorias étnicas, jovens, trabalhadores a tempo parcial, etc...) com as expectativas de consumo e "bem-estar" veiculados pelos "mass media".

Desde logo nos apercebemos da presença de um grande paradoxo. Potencia-se os indivíduos para trabalhar, mas as leis inexoráveis da economia de mercado não o permitem. Modela-se até à exaustão o indivíduo urbano, enquanto produtor e consumidor de "bem-estar" sócio-económico, político e cultural, mas na realidade excluem uma parte da população que prossegue esses objectivos.

Não admira que, nestas condições, os adolescentes dos contextos urbanos que fazem parte de famílias pobres mergulhadas no desemprego, enveredem para marginalidade social. O ódio em relação à sociedade, por verem frustadas as suas expectativas educacionais e o acesso à promoção social, é bem patente na destruição violenta que expressam em relação a lojas, habitações, supermercados, equipamentos colectivos e automóveis que simbolizam o "bem-estar" da vida quotidiana urbana moderna. O motim e a pilhagem de mercadorias é quase sempre acompanhado pela luta contra os defensores da ordem social vigente (BONNET, 1990).

Pese embora a sua diversidade e especificidade, essas formas de contestação da marginalidade social dos contextos urbanos (Newcastle, Birmingham, Paris, Lyon, Nova Iorque, Berlim, Barcelona, nos tempos recentes) primam pela sua relação com os períodos de crise conjuntural da identidade sócio-cultural e o agravamento das condições infra-humanas.

Em correlação com os factores analisados, importa sublinhar o fenómeno da imigração iniciado nas décadas de 60 e de 70.

Como expressão do surto de desenvolvimento industrial do capitalismo, os países ricos recorreram à "mão-de-obra" das regiões subdesenvolvidas: África, América Latina, países do Sul da Europa, Ásia.

O crescimento económico, desse período histórico, permitiu que essa imigração fosse integrada com êxito no dinamismo da 2ª revolução industrial. No entanto, com a ocorrência da crise petrolífera em meados da década de 70 e a dinamização da "3ª revolução industrial" corporizada nas novas tecnologias, o mercado de trabalho sofre uma contracção progressiva.

A imigração, enquanto "mão-de-obra" adaptada às exigências de qualificação do sector industrial, sofre as vicissitudes negativas dessa crise do mercado de trabalho. Por um lado, os imigrantes entram facilmente no desemprego e, por outro, têm dificuldades em se adaptarem à flexibilidade e formação exigidas pelas qualificações sócio-profissionais do sector terciário. Acresce que os filhos dos imigrantes vivem, como adolescentes, um processo de aculturação e de aprendizagem social bastante negativo. As promessas de integração social não são viabilizadas pelas estruturas educacionais e o acesso à valorização sócio-profissional é interdita à grande maioria. Do desemprego ao trabalho precário, surge o descontentamento e a revolta (VALADAS, 1991).

Na confluência desses factores, a marginalidade social dos contextos urbanos revela-se como uma mescla que tem a sua origem nos desempregados, minorias étnicas, estratos sócio-profissionais em decadência, adolescentes e pobres em condições infra-humanas que não preenchem os requisitos da funcionalidade e da estabilidade normativa exigidas pela sociedade. Sendo excluídos das estruturas sociais normativas, são objecto de segregação por parte das culturas nacionais que lhes propiciaram acolhimento.

Essas realidades são perceptíveis na cidade de Nova Iorque, onde 10% da população que está no desemprego e as 850 000 pessoas que vivem da assistência pública, na maioria, são imigrantes. Para uma cidade com 7,5 milhões de habitantes, a existência de cerca de 1 240 000 imigrantes (dominicanos, coreanos, chineses, mexicanos, antilhanos, russos, indianos) é, no mínimo, bastante elucidativo (JENKINS, 1991).

Tendo presente as especificidades urbanas da Europa Ocidental, basta olhar para as realidades sócio-económicas, culturais e políticas dos magrebinos e africanos que vivem nos subúrbios de Paris, Lyon e Marseille. Vítimas da desqualificação originada pela crise do sector industrial clássico e problemas de identidade sócio-cultural, na prática, são os estratos sociais mais afectados pelo desemprego e a pobreza.

Perante a crise da comunidade social de acolhimento, que também sofre de problemas de desemprego e pobreza, as comunidades imigrantes facilmente se tornam nos "bodes expiatórios" de uma situação que não foi criada por si. Na incapacidade de perceber e aceitar a alteridade sócio-cultural, os estratos sociais mais desfavorecidos das comunidades nacionais de acolhimento constituem-se em movimentos sociais xenófobos e racistas.

Embora com especificidades e diversidades na sua erupção e desenvolvimento, esta realidade xenófoba e racista pode ser detectada com os imigrantes turcos e africanos na Alemanha (sobretudo em Francfort, Munique e Berlim). Na Grã-Bretanha passa-se o mesmo nos grandes centros urbanos com os imigrantes paquistaneses, indianos e africanos.

Nos vários casos abordados, denota-se a existência de uma reestruturação da mobilidade e da estratificação dos contextos urbanos do capitalismo desenvolvido. Ela é perceptível no espaço social urbano como marginalidade social, mas também na sua configuração em modelos de habitação específicos localizados espacialmente nos subúrbios dos grandes aglomerados urbanos ou no frio do asfalto das ruas sem tecto, corresponde às regras de concorrência e de competição propiciadas pela economia de mercado àqueles que são afectados pela pobreza, desemprego e a segregação social e étnica.

Quando se está em presença de comunidades imigrantes urbanas numa situação de "ghettização", como ocorre nos Estados Unidos, Grã-Bretanha, França, Alemanha

(GIMÉNEZ, 1991), a marginalidade social desponta e desenvolve-se como fenómeno de deterioração existencial e de exclusão social. Ela funciona, no entanto, por vezes, como instrumento fundamental de coesão e de indentidade sócio-cultural em presença de situações sociais adversas. Enquanto comunidades segregadas estabelecem-se em redes de solidariedade e dinamizam relações sociais apoiadas na defesa do seu sistema de representações colectivas. Desse modo, dão força e coesão à comunidade segregada, permitindo-lhe subsistir e reproduzir-se num meio ambiente social hostil.

Em correlação estreita com a segregação social e étnica, surge a economia de tipo informal como expressão mais acabada do fenómeno de sobrevivência nos contextos urbanos. Ela é fundamental para a sobrevivência e reprodução da marginalidade social e inclusivé assume uma função de extrema importância. Por outro lado, a economia de tipo informal articula-se de maneira interdependente e complementar com estabilidade normativa da economia de mercado e o modelo de crescimento económico capitalista.

Partindo de uma perspectiva global é passível dualizar a marginalidade social dos contextos urbanos capitalistas do mundo ocidental. Em relação à dimensão da mobilidade e da estratificação apercebemo-nos dos estratos sociais que evoluíram para a pobreza, o desemprego e a precariedade do vínculo contratual. A tradução dessa realidade da vida quotidiana manifesta-se na deterioração da identidade sócio-cultural das comunidades urbanas, sobretudo em relação à população jovem imigrante.

A outra versão da marginalidade é fundamentalmente um fenómeno de segregação étnica e rácica. Trata-se de culpabilizar aqueles que têm menos direitos e legitimidade para ocupar o território das comunidades nacionais de acolhimento. Não é uma mera exclusão social que está em jogo. Para além disso, trata-se de eliminar as hipóteses de coexistência social, cultural e económica entre comunidades étnicas diferenciadas.

Após a descrição da marginalidade social, importa perceber a sua expressão em movimentos sociais. Tal como foi introduzido neste texto, se se entende os movimentos sociais como uma acção colectiva corporizada numa socialização de necessidades sociais em oposição ao sistema social vigente, então a acção colectiva de grupos e bandos de jovens que têm mergulhado os centros urbanos e os subúrbios numa onda de violência e revolta pode ser conceptualizada como tal. Pese embora o seu carácter espúrio, o

mesmo pode ser considerado em relação à onda de racismo e de xenofobia que alastra pela Europa Ocidental (JACQUIN e WIEVIORKA, 1991).

Não obstante persistir uma certa dificuldade em argumentar que as revoltas e motins possam ser considerados, de ânimo leve, como movimentos sociais, torna-se incongruente pensar que o seu conteúdo e formas são a simples expressão de estados de frustração conjuntural de indivíduos ou grupos desintegrados socialmente dos aglomerados urbanos.

Contrariamente a certas teses (TOURAINE, 1991), não estamos só em presença de acções colectivas que resultam de um desfazamento entre o processo de aculturação e o processo de integração social. As causas da desigualdade social, da pobreza e do desemprego podem não ser socializadas pelas práticas dos partidos, sindicatos e ideologias clássicas. Porém, os motins e as revoltas dinamizadas pela marginalidade social dos contextos urbanos ocidentais persistem como um estado de revolta e reivindicação social tendente à mudança das estruturas sociais que fazem parte da sociedade (MAFFESOLI, 1989). Ora, em última análise, as causas do desemprego, da pobreza e da desigualdade social só podem ser detectadas a partir do sistema social global.

Em função das tendências que personificam, como acção colectiva, nos contextos urbanos do capitalismo desenvolvido, a sua configuração é-nos dada pelos seguintes elementos:

- i) acção colectiva baseada na socialização de interesses e na construção de um diálogo sócio-cultural, tendo base a contradição resultante da frustração entre o mundo imaginário e o mundo real relacionado com a produção e consumo de mercadorias;
- ii) na medida em que o desemprego, a pobreza e a desigualdade social não se coadunam com os princípios da cidadania urbana e da democracia burguesa, as bases estruturantes de um movimento social subsistem;
- iii) a segregação étnica e racial, assim como a atomização dos indivíduos nos contextos urbanos não se identificam com os pressupostos de cidadania e do cosmopolitismo idealizados pela vida na cidade. Nesse sentido, a luta contra a "ghettização" dos indivíduos e grupos sociais tem bases plausíveis para se estruturar em movimentos sociais.

2. Marginalidade social e movimentos sociais nos contextos urbanos do terceiro mundo

O colapso da ideologia do progresso e da razão dinamizado pelo modelo ocidental está bem patente na crise que perpassa os grandes aglomerados urbanos do terceiro mundo. Milhões de seres humanos vivem em condições infra-humanas, mergulhados numa situação de fome, miséria e violência. Milhões de crianças são vítimas de assassinatos, da prostituição e da escravidão. O equilíbrio ecossistémico caminha para a catástrofe, com os níveis de poluição atingidos, o lixo e a inexistência de infraestruturas e equipamentos colectivos.

Se tivermos em linha de conta que as estimativas sobre a população mundial apontam para que no ano 2000, 20 das 25 cidades com mais de 10 milhões de habitantes localizam-se nos países do terceiro mundo e que a taxa de urbanização da África, da Ásia e da América Latina oscilará à volta de 50% (BAIROCH, 1985), nessas condições, as previsões para o futuro tendem a agravar a realidade actual.

Face à inexistência de um crescimento económico apoiado nos três sectores da actividade económica, a marginalidade social dos contextos urbanos dos países do terceiro mundo sobrevive, fundamentalmente, com base na existência de uma economia de tipo informal. Só este tipo de economia permite que aglomerados urbanos com vários milhões de habitantes (Cidade do México, Bogotá, Lagos, Cairo, Rio de Janeiro, Calcutá, etc...) possam subsistir em condições infra-humanas: pobreza, prostituição, droga, criminalidade, poluição, lixo, inexistência de infraestruturas e equipamentos colectivos, falta de habitação e de bens e serviços fundamentais.

Nestes aspectos, o processo de urbanização dos países do terceiro mundo encontra-se perante um dilema histórico irreversível, da qual é difícil sair. Produto de uma colonização que modelou as suas estratégias de desenvolvimento, quando assumiram a interdependência, adoptaram o modelo de urbanização das metrópoles coloniais (MASSAH, 1984).

Só que as bases da urbanização foram estruturadas por um crescimento económico desequilibrado, originando uma transformação abrupta de uma realidade rural tradicional. Dependentes do progresso tecnológico e científico, à força de quererem industrializar os seus países segundo princípios ocidentais, as classes sociais possidentes

e a burocracia político-militar enveredaram estrategicamente pelo recurso às multinacionais e ao investimento estrangeiro, com o objectivo de fomentarem a industrialização das suas economias.

Atendendo aos factores que estão na origem do processo histórico da urbanização das sociedades, essa estratégia teve como consequência a criação de um fosso estrutural que veio a desequilibrar as relações normais entre a cidade e o campo.

O êxodo rural foi o corolário mais lógico dessa evolução. Desde que as estruturas económicas de uma economia de auto-subsistência não conseguiam alimentar com proficiência os aglomerados urbanos, impunha-se a sua reestruturação. Esta foi uma das razões da sua destruição. Por outro lado, as regras concorrenciais e competitivas da economia de mercado e das multinacionais desestruturaram as estruturas e as relações sociais clássicas da economia agrícola de auto-subsistência.

Não podendo subsistir enquanto sociedades organizadas de forma tribal e clânica, para não serem objecto de dizimação generalizada, foram constrangidas a migrar macivamente para onde podiam sobreviver: a cidade.

Sabendo que a cidade oferece alimentação e trabalho nos sectores industrial e administrativo e no sector da economia informal, milhões de camponeses, sem instrução e qualificações sócio-profissionais, migraram para aglomerados urbanos que lhes ofereciam essas possibilidades de sobrevivência.

No entanto, a industrialização e a terciarização dos grandes aglomerados urbanos dos países do terceiro mundo encontra-se desajustada desse processo migratório induzido pelo êxodo rural. Por um lado, não existe uma industrialização apoiada em moldes concorrenciais e competitivos e as diferentes indústrias estão, em grande parte, obsoletas. Por outro, o sector terciário é quase reduzido às funções administrativo-burocráticas da gestão e governação das cidades. O emprego encontra-se fundamentalmente na panóplia de actividades que estão ligadas à economia informal: criminalidade, droga, delinquência, prostituição, produção de bens e serviços relacionados com a alimentação, habitação e infraestruturas dos bairros de lata, etc...

Nestas condições, os migrantes rurais quando chegam aos grandes aglomerados urbanos do terceiro mundo não encontram emprego, nem tão pouco têm a capacidade política, cultural e social para legitimarem a sua função sócio-profissional no quadro da economia de mercado das organizações e das instituições normativas (LIAUZU, 1991).

Submetidos a processos de aculturação e de aprendizagem social desajustados, denota-se que os desequilíbrios sócio-económicos, culturais, políticos e ecológicos são uma realidade endógena do tipo de urbanização seguida pelos países do terceiro mundo. A marginalidade social constrói-se, assim, como a solução mais viável para manter o equilíbrio entre a economia de mercado normativa e a economia informal, e sobretudo como a expressão socializada de contradições e antagonismos políticos, culturais e sociais.

A marginalidade social manifesta-se através da ausência de indústrias e serviços com a capacidade de absorver a mão-de-obra proveniente do êxodo rural e a desadequação dos processos de aculturação e de aprendizagem social face às altas taxas de analfabetismo e qualificações sócio-profissionais insuficientes. Por outro lado, ainda dos salários miseráveis e o desemprego que afectam milhões de indivíduos que habitam nos grandes aglomerados urbanos (WAUTHIER, 1991).

Falar de habitação, de saúde e de educação em relação à maioria da população urbana dos países do terceiro mundo é, no mínimo, absurdo. O sistema de administração e planeamento para além da sua inoperância em realizar a gestão do trânsito, da poluição, da falta de habitação, de higiene, de infraestruturas e equipamentos colectivos, está submergido pela corrupção e os interesses políticos e económicos da burguesia industrial e comercial, da burocracia estatal e das classes médias nacionais.

Perante este espectro existencial urbano, ao proletariado subsistente e às populações migrantes provenientes do êxodo rural só lhes resta uma solução: sobreviver e reproduzir-se no mundo de uma economia informal e de um espaço social cada vez mais complexo e violento.

Tudo funciona de modo sistémico. Na ausência de trabalho e com salários abaixo dos mínimos vitais de subsistência, surge a prostituição, a criminalidade, a violência e a droga. Na falta de educação, saúde, habitação e infraestruturas colectivas, constrói-se "ghettos" de barracas sem o mínimo de condições higiénicas e habitacionais. Na falta de sociabilidade e socialização baseada nas normas sociais do sistema social global, institucionaliza-se a "lei da selva" como formas de controlo e integração social.

Neste contexto, compreende-se a importância da economia informal como função de socialização das contradições e dos antagonismos subsistentes nos contextos urbanos do terceiro mundo.

Conceptualizar a marginalidade social, nestas condições, torna-se difícil argumentar com proficiência e profundidade. Isto porque, falar de marginalidade social, não é uma questão pacífica, quando as zonas residenciais de barracas representam entre 25% a 50% (segundo o país) do conjunto da população urbana. Para reforçar essa ideia acontece que os espaços físico e social ocupado pelos bairros de barracas é parte integrante e constitutiva do modelo das "megalópoles" dos países do terceiro mundo.

Embora a marginalidade social dos aglomerados urbanos do terceiro mundo viva em condições infra-humanas, ela revê-se nos valores mais representativos do mundo ocidental. Essa ocidentalização verifica-se nas relações múltiplas que se estabelecem nos intercâmbios internacionais e também pela identificação que subsiste em relação à ideologia da modernidade. O mimetismo funciona com eficácia, quando a televisão, electrodomésticos e automóveis aparecem como símbolos de consumo de estratos sociais famintos de dignidade humana e de cidadania social, cultural e política.

A deterioração progressiva do nível de vida, o aumento da miséria e da fome que acompanham os desequilíbrios ecológicos têm agravado a situação crítica da marginalidade social nos contextos urbanos do terceiro mundo.

Como expressão de revolta e de reivindicação não admira, portanto, que à volta da realidade sócio-económica, política e cultural da marginalidade social se tenham criado as bases estruturantes de movimentos sociais, a partir dos seguintes vectores:

- i) luta a favor da diminuição dos preços dos produtos alimentares essenciais;
- ii) luta pelo reconhecimento e apropriação da ocupação ilegal da terra como espaço de habitação, tendo por função a legitimação da propriedade e ordenamento do espaço físico;
- iii) reivindicação a favor da criação de serviços públicos: saúde, educação, transportes, infraestruturas e equipamentos colectivos.

Não obstante, parte substancial dessas reivindicações não têm sido satisfeitas. Pelo contrário, a situação da marginalidade social tem-se agravado progressivamente.

Assim sendo, após a década de 80, tem-se assistido à eclosão de motins e revoltas de uma violência invulgar nos grandes aglomerados urbanos dos países do terceiro mundo: Brasil, Venezuela, México, Nigéria, Marrocos, Índia, Egito, Filipinas, Zaire, etc...

Poder-se-ia pensar que a natureza esporádica e a fragilidade da sua dinamização no tempo e no espaço, não permite identificar a relação entre marginalidade social e a sua configuração em movimentos sociais consistentes. Isso não impede, no entanto, de verificar que esses movimentos sociais corporizam os elementos de transformação exigidos pela marginalidade social em relação ao sistema social vigente.

Agravando-se os desequilíbrios dessa crise urbana, assistiremos irremediavelmente ao despoletar da diferenciação e da desintegração social das estruturas sociais. Enquanto espaço de segregação social, étnica e cultural, as comunidades urbanas marginalizadas não se constituem só como espaços sociais e territórios de defesa e sobrevivência infra-humanas. Para além disso, os mecanismos de solidariedade e de identidade sócio-cultural podem estruturar-se em modelos reivindicativos de mudança e de transformação do modelo de urbanização subsistente no terceiro mundo. A dinamização dos movimentos sociais têm aí a sua força. Os motins e as revoltas dos esfomeados e desempregados das cidades de Caracas, Lagos, Rio de Janeiro, Cairo, Tunis, Cidade do México, etc... são uma demonstração inequívoca dessas potencialidades.

3. Conclusões

Pelo grau de interdependência e de complementaridade do processo histórico da urbanização que persiste à escala planetária é pacífico demonstrar que existem muitas semelhanças entre o modelo urbano do terceiro mundo e o modelo urbano do mundo ocidental.

A mundialização da economia e a função estruturante do progresso e da razão atingiram o seu apogeu com o actual desenvolvimento da ciência e da tecnologia. Capitais, matérias primas, pessoas, indústrias, serviços, recursos naturais, etc..., são objecto de compra e venda sem restrições de ordem política, moral, territorial e cultural.

O espaço e o tempo funcionam como instrumento crucial de desenvolvimento do capitalismo.

São estes vectores que aproximam e universalizam os diferentes modelos de urbanização que subsistem à escala planetária.

Pese embora a diversidade e especificidade da condição-função da marginalidade social dos contextos urbanos do terceiro mundo e aqueles que existem no mundo ocidental, ambos expressam a mesma realidade: pobreza, desemprego, prostituição, criminalidade, droga, delinquência. Na diferença subsiste uma questão de grau de desenvolvimento capitalista e processos específicos de identidade sócio-cultural.

Como ponto de diferenciação sublinhe-se a função de mudança que podem jogar os factores de cidadania, de democracia e de cosmopolitismo em relação aos processos de marginalidade social. É indubitável que esses factores permitem estruturar, com maior eficácia, os processos de socialização conducentes à formação de movimentos sociais e, portanto, de mudança e transformação da marginalidade social. Nesse aspecto, a capacidade reivindicativa e de mudança dos movimentos sociais dos contextos urbanos do mundo ocidental revela-se superior à dos movimentos sociais dos contextos urbanos do terceiro mundo.

Finalmente, se os movimentos sociais, que aspiram à dignidade social e humana, não conseguirem inverter a espiral de marginalidade social que prolifera actualmente nos contextos urbanos, poder-se-à caminhar vertiginosamente para o colapso da lógica da urbanização fundamentada no progresso e na razão do mundo ocidental.

Referências Bibliográficas

BAIROCH, Paul, De Jéricho à México, Paris, Gallimard, 1985

BONNET, François, "Dans la banlieue de Lyon", in Libération, Paris, 8 Octobre, 1990

DUVIGNAUD, Jean, Herejia y subversion, Barcelona, Icaria, 1990

FERREIRA, J. M. Carvalho, "Mutações tecnológicas e as suas consequências nos comportamentos operário e sindical", in O Comportamento dos Agentes Económicos e a Reorientação da Política Económica, Lisboa, CISEP, 1986

GIMÉNEZ, Carlos, "Marginais e segregados", in Público, Lisboa, 19 de Julho de 1991

GRAFMEYER, Y. e JOSEPH, I., L' école de Chicago, Paris, Aubier, 1984

JACQUIN, D. e WIEVIORKA, M., "Mutation sociale et racisme. L'expérience de la ville de Mulhouse", in Cahiers Internationaux de Sociologie, Vol. XC, 1991

JENKINS, Tony, "Nova Iorque - o "efeito Sinatra", in Expresso, Lisboa, 11 de Maio de 1991

LEFEBVRE, Henri, Critique de la vie quotidienne, Paris, L'Arche Éditeur,(3 volumes), 1958/1961,1981

LIAUZU, Claude, "Le lieu de toutes les fractures",in La ville partout et partout en crise, Paris, Le Monde Diplomatique (Manière de Voir 13), Octobre 1991

MASSAH, Gustave, "L'urbanisation dans les pays dominés", in Espaces et Sociétés, n° 44, Janvier - Juin 1984

MAFFESOLI, Michel, El tiempo de las tribus, Barcelona, Icaria, 1989

MUMFORD, Lewis, La cité à travers l`histoire, Paris, Seuil, 1964

PAQUOT, Thierry, Homo Urbanus, Paris, Éditions du Félin,1990

TOURAINÉ, Alain, "Face à l`exclusion", in Esprit, Paris, n° 169, Février 1991

VALADAS, Jorge, "O rumor social da crise: as explosões de cólera nos subúrbios franceses", in Batalha, Lisboa, Julho/Setembro 1991

WAUTHIER, Claude, "Lagos, jungle urbaine disparate, surpeuplée", in ville partout et partout en crise, Paris, Le Monde Diplomatique, (Manière de Voir 13), Octobre 1991